



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n.º _____

UNIDADE: Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON

SECRETARIA: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por I

DECISÃO OGE/LAI n.º 020/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Fundação PROCON, número SIC em epígrafe, sobre documentos referentes a agentes públicos, nomeadamente (i) avaliação de desempenho; (ii) *feedback*; (iii) atrasos, faltas e saídas antecipadas; (iv) registros na ouvidoria; (v) relatório de produtividade; (vi) relação de atividades realizadas fora do horário de trabalho; (vii) relação de atividades realizadas em grupo.
2. A Fundação se manifestou após a interposição de recurso hierárquico, negando acesso aos documentos solicitados por entender serem informações pessoais. Insatisfeita, a interessada apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A Fundação PROCON, quando da análise do pedido de informação, solicitou auxílio ao Centro de Gestão Documental do Arquivo Público do Estado, que se manifestou pela possibilidade de restrição de acesso em relação aos documentos requeridos, por conterem informações de “interesse exclusivo do interessado” ou cuja “divulgação possa atingir sua honra ou intimidade” (fls. 27/29). Ao mesmo tempo, encaminhou-se o feito para apreciação da Consultoria Jurídica da Secretaria da Justiça, que exarou o Parecer n. 617/2015, juntado às fls. 30/41, orientando pela concessão de acesso ao pedido, concernente a “avaliações de desempenho com os *feedbacks* devidamente assinados e a relação de atrasos, faltas e saídas antecipadas”.
4. Cumpre lembrar, primeiramente, que a Lei Federal n. 12.527/2011 define informações pessoais como aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 4º, inciso IV). Não obstante, a mera referência à pessoa natural não é suficiente para justificar eventuais restrições de acesso; do contrário, chegar-se-ia à equivocada conclusão de que todos os processos judiciais deveriam correr em segredo. Nesse sentido, a publicidade apenas é afastada quando existentes informações pessoais “relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem”, nos termos do artigo 31, §1º, da aludida norma.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. No caso concreto, conquanto as informações requeridas refiram-se a agentes públicos específicos, cabe indagar se sua divulgação ameaça a sua intimidade, vida privada, honra ou imagem, do que decorreria a correspondente restrição de acesso. A resposta parece ser negativa.
6. Conforme bem consignou o parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria da Justiça, o Supremo Tribunal Federal já possui ampla jurisprudência indicando a prevalência da publicidade em relação às informações de agentes públicos “enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo ‘nessa qualidade’” (Suspensão de Segurança n. 3902 – Tribunal Pleno, DJe-189, de 03.10.2011, Rel. Min. Carlos Ayres Britto). Tal entendimento foi objeto de repercussão geral, quando do julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo n. 652.777, de relatoria do Min. Teori Zavascki:

Ementa: Constitucional. Publicação, em sítio eletrônico mantido pelo município de São Paulo, do nome de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos. Legitimidade. 1. É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias. 2. Recurso extraordinário conhecido e provido.

7. No âmbito do Estado de São Paulo, a Procuradoria Geral do Estado teve oportunidade de se pronunciar sobre o assunto por meio do Parecer PA nº 02/2013, de caráter vinculante para a Administração Pública:

Pedido da Associação dos Técnicos Administrativos do PROCON/SP de acesso a dados relativos a procedimento de avaliação de empregados daquela fundação, com fundamento na Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. Possibilidade. As informações relativas a concursos de promoção, realizados por órgãos da Administração Pública, estão submetidas ao princípio da publicidade (Art. 37, CF) e, assim, não configuram dados e informações pessoais. A divulgação dessas informações não viola a intimidade e a privacidade dos avaliados.

8. Observa-se, do exposto, que não podem sofrer restrição de acesso informações referentes às atividades dos agentes públicos, quando atuam nessa qualidade, como no caso ora em apreço. Com efeito, a avaliação de desempenho; o *feedback*; os atrasos, faltas e saídas antecipadas; o relatório de produtividade e a relação de atividades realizadas em grupo reúnem informações relativas ao desempenho de cargo público, não se aplicando, portanto, a hipótese restritiva prevista no artigo 31, §1º, da Lei.
9. Frise-se, não obstante, que o conteúdo da informação não se confunde com seu suporte, ou seja, com o documento no qual é registrada. Assim, uma informação pessoal, como, ilustrativamente, o número de conta bancária, será passível de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

restrição de acesso independentemente de seu suporte documental, do que se depreende que, caso exista, em meio aos documentos solicitados, alguma informação de natureza privada, competirá à Fundação restringir-lhe acesso, por meio de ocultação do dado sigiloso.

10. Solução diversa, no entanto, merece o pedido referente aos registros na Ouvidoria, cujo atendimento encontra uma série de obstáculos. Em primeiro lugar, as manifestações a elas dirigidas não costumam ser categorizadas por referência a servidores específicos, razão pela qual é mesmo difícil divisar a quais registros pretende-se ter acesso. Ainda que tal dificuldade viesse a ser superada, importa consignar que a atuação das Ouvidorias deve zelar pela confidencialidade, nos termos do artigo 3º, inciso III, do Decreto 60.399/2014.
11. Verifica-se, portanto, que o direito de acesso à informação deve ser assegurado em relação a quase todos os documentos solicitados, ressalvada a possibilidade de ocultação de informações pessoais porventura constantes da aludida documentação.
12. Ante o exposto, **conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento**, com fulcro no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, adotando-se igualmente os fundamentos do Parecer CJ-SJDC n. 617/2015 e do Parecer PA n.02/2013, devendo a Fundação PROCON, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
13. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 27 de janeiro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO